

Agência na sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour¹

Agency in sociology: the different uses of agency concept in Weber, Giddens and Latour

Alysson Hubner*¹

Palavras-chave:

Agência;
Consciência;
Não-humanos.

Resumo: O presente artigo procura analisar a noção de agência na sociologia a partir de Weber, Giddens e Latour. Apesar da noção ou do conceito ser o mesmo, ele apresenta algumas diferenças significativas. Assim, podemos observar quais são os elementos intercambiáveis e suas especificidades em cada autor. A noção de agência tem sido utilizada de maneira ampla, muitas vezes perdendo o seu real significado a partir dos autores que são utilizados. O artigo está dividido em três partes. A primeira introdutória, apresenta o conceito de agência em Weber para demonstrar a questão da subjetividade na ótica sociológica. Já a segunda parte aborda a questão da agência em Giddens, demonstrando uma maior complexidade do conceito aonde a noção de ator competente ganha notoriedade. Na terceira e última parte é abordada o conceito de agência em Latour, aonde a agência é observada como uma construção de redes sociotécnicas a partir dos não-humanos. Os resultados apontam para uma heterogeneidade dos conceitos de agência na sociologia, sendo muito mais sofisticado o conceito de agência em Giddens para compreender a ação dos humanos, enquanto que a associação de não-humanos em Latour permite observar outras relações em redes mais amplas.

Keywords:

Agency;
Awareness;
Non-human.

Abstract: *The present article seeks to analyze the notion of agency in sociology from Weber, Giddens and Latour. Although the notion or concept is the same, it presents some significant differences. Thus, we can see what are the interchangeable elements and their specificities in each author. The notion of agency has been widely used, often losing its real meaning from*

¹ Recebido em 06/09/2021. Aceito em 03/03/2022.

*¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professor de sociologia do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: alyssonhubner@yahoo.com.br.

the authors who are used. The article is divided into three parts. The first introductory, introduces the notion of agency in Weber to demonstrate the question of subjectivity in the sociological view. The second part deals with the question of the agency in Giddens, demonstrating a greater complexity of the notion where the notion of competent actor gains notoriety. In the third and final part, the notion of agency in Latour is approached, where the agency is observed as a construction of socio-technical networks from nonhumans. The results point to a heterogeneity in the notions of agency in sociology, and the notion of agency in Giddens is much more sophisticated in understanding human action, while the association of nonhumans in Latour allows us to observe other relationships in larger networks.

Introdução

A palavra agência tem permitido observar as relações sociais de maneira diferente quando substituída pela palavra indivíduo. A priori, indivíduo sugere um sujeito mais passivo, enquanto que agência sugere um sujeito mais ativo. Esta diferença não é uma diferença sutil, mas é revolucionária, porque marca um pressuposto cuja dinâmica da ação muda completamente o entendimento do comportamento humano. O artigo está dividido em três partes, a primeira trata sobre a noção de agência em Max Weber, a segunda sobre o conceito de agência em Anthony Giddens e a terceira sobre o conceito de agência em Latour. Dentre os três clássicos da sociologia (Durkheim, Marx e Weber), Max Weber o primeiro a utilizar a noção de agência, quando propõem na sua sociologia compreensiva, que a sociologia tem a incumbência de compreender o sentido subjetivo da ação, mostrando que agem baseados a partir de tipificações a que estão submetidos, resgatando esta subjetividade na sociologia. Concepção geral restrita à obra "A Constituição da Sociedade" de Anthony Giddens é trabalhado a ação humana a partir da teoria da estruturação, uma obra que torna complexa a ação humana em meio a perspectivas macro e micro sociológicas, procurando atingir uma síntese naquilo que os agente sugerem, que é a sua capacidade a partir de suas consciências. No final Bruno Latour não trata do conceito de agência nas especificidades de Anthony Giddens, mas amplia a noção de capacidade para atores não-humanos, o que torna a análise mais ampla sobre este aspecto, procurando evidenciar a construção das redes sociotécnicas.

Weber e a noção de agência

Situado naquilo que convencionou-se denominar de sociologia clássica, Max Weber é precursor na análise sociológica acerca da agência. Diferentemente de Durkheim (2007), que utiliza a palavra indivíduo, contida no conceito de fato social, que explica por sua vez o comportamento dos indivíduos, seja através da

consciência coletiva e individual (Durkheim, 1979), ou mesmo das representações coletivas e individuais (Durkheim, 1989). Neste sentido, Weber (1999) denomina de agência o que Durkheim denomina de indivíduo.

A sociologia compreensiva de Weber (1999) cria diferentes tipos ideais, os quais os agentes passam a tomar uma determinada ação social. A ação social possui quatro tipos diferentes, que é a ação social referente a fins, a ação racional referente a valores, a ação afetiva e a ação tradicional. A ação racional referente a fins os indivíduos se ocupam dos fins, meios e consequências da ação, sendo que a os resultados são provenientes dos meios utilizados. Já a ação racional referente a valores, os agentes possuem um fim valorativo, consideram os meios, mas desprezam as consequências da ação. A ação afetiva leva em consideração as emoções e a ação tradicional é dada pela repetição sistemática, e, como o próprio nome sugere é pautada na tradição.

Todos estes 4 tipos de ação estão vinculados ao sentido subjetivo que os agentes apreendem a ação. Esta é uma diferença significativa em Weber, pois a noção de agência possui um papel fundamental, que permite compreender as relações de poder a partir do agente, que reconhece, pois, legitimidade é realizada através do agente. O poder está no agente. Isto também vale para os tipos de dominação elencados pelo autor. Os tipos ideais de dominação ocorrem em três situações (Weber, 1999): dominação racional-legal, a dominação carismática e a dominação tradicional. A dominação racional-legal opera na lógica da impessoalidade, processo que ocorre com a ascensão do processo de burocratização. A dominação carismática é proveniente do carisma atribuído a um agente, como um superpoder, uma condição especial que é atribuída a alguém. Enquanto que a dominação tradicional ocorre através do reconhecimento dado pela tradição vinculada a perpetuação da continuidade, de elementos deferentes dados pelos outros tipos de dominação.

É importante salientar aqui que os tipos ideais dificilmente ocorrem em seus estados puros, pois podem coexistir em alguma medida. O importante a resgatar aqui em todos estes modelos descritos por Max Weber, é a noção de agência. É uma relativa subjetividade que é ocultada pelo funcionalismo de Durkheim. Assim, a noção de agência em Max Weber compreende o sentido subjetivo que os agentes apreendem a ação, sem estabelecer um juízo de valor que venha dizer algo contrário, pois a ação social é baseada no que os agentes apreendem, e não uma pessoa fora do processo como o analista. Ao sociólogo cabe observar a partir destes tipos ideais, como a ação social ocorre. Caso ela não se encaixe nestes modelos, criam-se outros modelos, mas sempre baseados na ação dos agentes, do sentido subjetivo que eles apreendem a ação.

Conceito de agência em Giddens

A noção de agência em Anthony Giddens está inserida na perspectiva da sociologia contemporânea. Partindo do que Weber observa sobre a subjetividade, Giddens (2003) elabora uma noção de agência que vem a discutir com os mais variados paradigmas.

Ao formular esta descrição da teoria da estruturação, não tive a menor relutância em apoiar-me em ideias oriundas de fontes completamente divergentes. Isso poderá parecer a alguns um ecletismo inaceitável, mas eu nunca consegui temer esse tipo de objeção. Existe um inegável conforto em trabalhar dentro de tradições estabelecidas de pensamento - sobretudo, talvez, em face da grande diversidade de abordagens com que se defronta correntemente quem está fora de uma tradição qualquer. O conforto de pontos de vista estabelecidos pode, entretanto, servir facilmente de cobertura para a preguiça intelectual. Se as ideias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas... (GIDDENS, 2003: XXIV)

Os princípios fundamentais da teoria da estruturação emergem em grande medida de elementos que foram trabalhados dentro de duas escolas: as denominadas compreensivas, e as referidas positivistas. Na última estariam presentes o funcionalismo e os estruturalistas, que concebem uma primazia da estrutura social diante do individual, onde a ênfase maior é concedida à sociedade, ao ponto de muitas vezes "excluir" a outra esfera da sua explicação. Do outro lado, nos deparamos com a tradição microsociológica, onde encontramos a etnometodologia e o interacionismo simbólico (JOAS, 1999), que procede justamente de uma maneira inversa, uma vez que os elementos estruturais estão "alienados" do referencial explicativo, enquanto os elementos cognitivos ganham um maior poder explicativo.

O empreendimento da teoria da estruturação reside na tentativa de "transcender" a polarização entre estas escolas, uma vez que os elementos considerados relevantes são mantidos, e aquilo que não está de acordo com suas proposições ou que estaria equivocado, é desconsiderado (Giddens, 2003). É um desafio estabelecer vínculos agregando alguns elementos de várias escolas de pensamento a fim de criar algo novo, inserindo questões fundamentais e importantes para o debate sociológico.

"Enquanto para aquelas escolas de pensamento que tendem para o naturalismo a subjetividade foi encarada como uma espécie de mistério, ou quase como um fenômeno residual, para a hermenêutica o mundo da natureza é que é opaco... Nas sociologias interpretativas, é concedida primazia para à ação humana; os conceitos estruturais

não são notavelmente conspícuos e não se fala muito em coerção.”
(GIDDENS 2003: 2)

Cada uma destas tradições concede a prioridade de uma esfera sobre a outra, e um o objetivo, no outro o subjetivo. A teoria da estruturação tenta encerrar estes imperialismos, trabalhando com uma síntese. O campo de atuação das ciências sociais, conforme a teoria da estruturação está relacionado “às práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço” (p.2 Idem). Interessante notar que esta ideia de focar o tempo e o espaço está atrelada a várias referências do autor, uma vez que na obra “As Consequências da Modernidade”, estes elementos também estão presentes. A própria modernidade necessita ser analisada sobre este ponto de vista, inserindo então “um problema de distanciamento tempo-espaço - as condições nas quais o tempo e o espaço são organizados de forma a vincular presença e ausência” (GIDDENS, 1991:22-23). É a dinâmica da modernidade que cria estas condições de separação tempo - espaço, estabelecendo uma recombinação de elementos que acabam assumindo outras formas.

Esta relação propicia o desencaixe, noção muito importante para compreender como opera a sociedade no âmbito da modernidade. Assim é possível estabelecer relações entre os “ausentes”, que localmente se encontram distantes, onde não se promovem as denominadas relações face a face. É tornar presente aquilo que não está presente, uma vez que “a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza”. (GIDDENS, 1991:27). É possível inferir que dentre as aparências subjazem relações ausentes, de coisas que estão ocultadas nestas formas que nós podemos ver.

O desencaixe pode contribuir para observar conexões de interação social mais amplas. Como bem define o autor “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua estruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. (p.29, Idem). Este desencaixe propicia um outro tipo de integração. Se por um lado temos a integração social que está relacionada à reciprocidade dos atores sociais em contextos de co-presença, por outro lado, estimula-se a integração de sistemas sociais, e que são entendidos como “práticas reproduzidas em cenários de integração” (GIDDENS, 2003:32). A integração de sistemas refere-se por sua vez a relações daqueles que estão ausentes no tempo e no espaço, pois é uma “reciprocidade entre atores ou coletividades através do tempo-espaço ampliado” (p.33, Idem).

Todavia algumas questões emergem concomitantemente para explicar como ocorre o desencaixe. Giddens (1991) identifica dois mecanismos que o tornam possível: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. O exemplo das

fichas simbólicas é apresentado e visualizado através do dinheiro. É um exemplo que denota como isso ocorre. O que é o dinheiro e o que ele faz? Enfim, a resposta pode ser dada da seguinte forma:

O dinheiro é um modo de conectar crédito e dívida em circunstâncias em que a troca imediata de produtos é impossível. O dinheiro pode-se assim dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. (GIDDENS, 1991, p.32).

A palavra agente está presente na penúltima linha da citação. Isto não acontece por acaso, pois existe um significado importante aí presente. Por isso a importância de conceber agência ao invés de indivíduo. Indivíduo sugere algo que a princípio estaria mais "inerte", desprovido de subsídios que lhe propiciem fazer algo. Como o próprio Durkheim (1979) afirmava, a consciência coletiva molda em grande medida a consciência individual, imputando assim um império do coletivo sobre o individual. É exatamente neste sentido que a *agência* precisa ser concebida, na *capacidade dos atores sociais*. Agência subentende poder, implicando a suscetibilidade do ator de realizar de uma outra forma dentre aquilo que não poderia ser premeditado dentro de determinada ação. É a capacidade que os agentes possuem de realizar as coisas de outra forma, em vista de outras que não estavam dentro de uma determinada operacionalização que poderia ser pré-definida.

Isto remete a noção de ator competente, onde justamente esta competência dos agentes é o que propicia à alteração da estrutura (Giddens, 2003). Este movimento é recíproco e não está associado apenas do ponto de vista do agente, mas porque a estrutura lhe permite isto. A característica principal da estrutura é que ela é estruturada e estruturante (Giddens, 2003), a chamada dualidade da estrutura, que ao condicionar os agentes, fornece o(s) meio(s) pelo qual eles podem transformá-la.

No entanto, é preciso deixar claro que essa alteração é gradual se manifestando na forma de um processo, ela não é alterada em um curto espaço de tempo, mas leva longos períodos, talvez gerações para que seja modificada. Ao mesmo tempo em que a estrutura é estruturada, ela é estruturante, "as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade da estrutura)" (Giddens, 2003, p.22). Se por um lado ela condiciona o indivíduo, por outro lado, dada a reflexividade do agente, ela lhe permite que seja alterada. Com isso, a reflexividade é que propicia a agência dos atores.

Não é impossível que os atores sociais transformem as coisas, pelo contrário, os agentes interpretam as coisas da "sua" maneira, de seu modo, dão um colorido especial, atribuem um sentido subjetivo ao mundo ao mesmo tempo em que isso permite ao agente exercer influência sobre as estruturas, de tal modo que isso causa uma remodelação destas.

O agente possui uma autonomia concomitante a uma dependência da coletividade, esse movimento é simultâneo na relação estabelecida entre o agente e a estrutura. A estrutura não pode ser entendida independentemente do conhecimento que os agentes fazem dela, o que significa que elas não são totalmente externas, mas passam a ser internas, onde notamos que esta "ausência" do sujeito passa a ser relativa, uma vez que os agentes sempre sabem o que estão fazendo no plano da consciência discursiva. Os agentes são suscetíveis de moldarem as estruturas imputando a sua competência dentro a dinâmica social.

Dois noções importantes emergem a partir daqui: agência e ator competente. Na realidade, são praticamente a mesma coisa, pois designam como é possível a partir dos agentes realizar transformações no âmbito social, e também identificar porque os atores sociais são diferentes, ou seja, como pessoas que são submetidas ao mesmo processo de socialização acabam por agir diferentemente e assumir uma postura dessemelhante com relação à estrutura.

Isto nos ajuda a responder à questão do porquê determinados resultados não saem como o esperado ou como se esperava que acontecesse, dificultando o controle e a previsibilidade. Essa instabilidade pode ser explicada como característica da complexa trama a qual se envolvem os atores sociais. São atores competentes que agem diferentemente sobre situações que se repetem. Por isso não há como prever de antemão muitas de suas ações. A reflexividade da cognoscitividade permite aos agentes ordenar recursivamente as práticas sociais.

Reflexividade é o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social que os seres humanos exibem esperando o mesmo dos outros. Cognoscitividade é tudo aquilo que os atores sabem, e que está inserido dentro da consciência prática e da consciência discursiva. A reflexividade só se torna possível "devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente 'as mesmas' através do espaço e do tempo" (Giddens, 2003. p.3). Isto é permitido pela rotinização da vida cotidiana através de situações que ocorrem com uma regularidade constante. Esta frequência do movimento é capaz de tornar possíveis os três elementos que seguem: a consciência prática, a consciência discursiva e os motivos inconscientes. A consciência prática está relacionada à capacidade dos atores sociais de fazer algo a partir da sua prática, inserindo tudo aquilo que

eles sabem acerca das condições sociais, embora não sejam capazes de se expressar discursivamente. A consciência discursiva está relacionada à capacidade cognitiva dos atores sociais, onde eles são suscetíveis de expressar verbalmente as condições sociais. Notamos assim, que a diferença entre a consciência prática e a discursiva é que na última, a consciência possui uma forma discursiva, enquanto na primeira os agentes possuem uma limitação para responder discursivamente acerca dos questionamentos que lhe são feitos. O inconsciente nesta perspectiva assume uma forma diferente. O inconsciente é um acervo de conhecimentos que o ator não consegue expressar, não é capaz de tornar inteligível para outrem, sendo, análogo em parte, à latência parsoniana. Há momentos, segundo Parsons em que o indivíduo realiza uma ação de forma não premeditada, embora seja orientada por um conjunto de valores internalizados através do processo de socialização. O agente é inapto a expressar o que está inserido no inconsciente. "O inconsciente inclui aquelas formas de cognição e de impulsão que estão ou totalmente impedidas de consciência ou somente aparecem na consciência de forma distorcida" (Giddens, 2003, p.5).

É uma passagem 'nebulosa' que está impedida de ser acessada pelo agente, em virtude de "uma 'barreira' negativa de algum tipo inibindo sua incorporação não-mediada na monitoração reflexiva da conduta e, mais particularmente, na consciência discursiva". (Giddens, 2003 p. 56-57). Para alguns, pode parecer que é concedida uma primazia ao agente, que este possui "super poderes", onde possa tudo. Todavia, essa posição é equivocada, na medida em que a própria cognoscitividade possui restrições sobre alguns aspectos, pois, "a cognoscitividade humana é sempre limitada. O fluxo da ação produz continuamente consequências que não estavam nas intenções dos atores, e estas também podem formar condições não reconhecidas de ação..." (Giddens 2003, p. 31-32).

Interessante notar que a intencionalidade é uma característica fundamental associada à ação, uma vez que os seres humanos são seres intencionais. As ações contêm uma determinada intencionalidade inserida neste processo, na medida em que quando os agentes são solicitados, do porquê tomaram determinada ação, eles são suscetíveis de responderem, ou seja, se indagados, os agentes são capazes de responder porque realizaram alguma ação. No caso de não haver uma intenção, trata-se de uma resposta reativa, e não de uma ação propriamente dita. Notamos aqui um discernimento que se faz necessário. Embora na ação esteja implícita uma determinada motivação, isso não significa que todas estejam permeadas por ela, uma vez que a ação não é um agregado de atos, pois "pretender que todo e qualquer ato ou gesto é motivado – significando que lhe pode ser associado um 'motivo' definido – não faz mais sentido do que tratar a ação como envolvendo uma sequência de

intenções ou razões”. (Giddens, 2003, p.57). Mas antes, entender a motivação como algo que está imbricado de forma processual. “O significado concreto disso é que o inconsciente só raras vezes incide diretamente sobre a monitoração reflexiva da conduta” (Giddens, 2003, p. 57). Aqui voltamos às noções de inconsciente que foram analisadas anteriormente, e que se fazem presentes nesta questão.

O conhecimento de todas as pessoas acaba tendo uma importância nesta perspectiva, o que não ocorria com o estruturalismo por exemplo, que descarta este tipo de conhecimento, classificando-o como um tipo secundário na explicação social, as denominadas pré-noções. Os atores competentes fornecem um material muito rico, pois estão envolvidos em práticas talentosas, “nas realizações práticas de atividades sociais” e, portanto, são “hábeis ‘sociólogos’” (Giddens, 2003, p.30). São nestes conhecimentos que podemos procurar a origem dos fenômenos sociais, que envolvem as práticas sociais cotidianas. Podemos concluir que a teoria da estruturação sugere que os agentes possam realizar determinadas ações impremeditadas, realizadas no tempo e no espaço, estando elas de acordo com os valores subjacentes a estrutura que fornece os meios pelos quais os atores sociais podem realizar determinadas transformações. A constituição da sociedade sugere produção e reprodução. Assim, no momento da produção da ação, existe uma reprodução das estruturas sociais nos contextos do desempenho cotidiano da vida social, reinterpretadas de modo reflexivo.

Noção de Agência em Latour

Latour (2008) questiona os sentidos atribuídos pela expressão “construção social dos fatos científicos” no sentido de que poderia estar sugerindo uma forma de desqualificar aquilo que é construído. É possível inferir que a construção social é um processo inerente aos fatos, não estando qualquer acontecimento ou objeto fora desse processo.

Em diferentes campos de atuação, subjacente à palavra construído, estaria seu antônimo: o real. Este é um equívoco apontado pelo autor:

En todas as partes, en la tecnología, la ingeniería, la arquitectura y el arte ‘construcción’ es **sinónimo** de real en tal grado que la cuestión pasa inmediatamente a ser la siguiente y realmente interesante: Está **bien** o **mal** construido? (Latour, 2008, p. 132).

Em outros domínios, tal situação também seria observada pela ênfase na dicotomia entre artificialidade e objetividade, em que os fatos poderiam ser contados a partir do que é “construído”, e, portanto, que seria artificial, e daquilo que ocorre em paralelo, que do contrário, seria real. Este é um equívoco

que, de acordo com Latour, precisa ser evitado, pois afirmar que algo é construído não significa que é desqualificado, como frequentemente é interpretado. É próprio que os fatos sejam uma "construção", e isso não significa que são falsos, vejamos o que o autor diz:

Los hechos son hechos – lo que significa exactos – porque son fabricados – lo que significa que surgen de situaciones artificiales -. Todos los científicos que estudiamos estaban orgullosos de esta conexión entre la calidad de su construcción y la calidad de sus datos. (Latour, 2008, p.133-134).

A questão colocada sob a ótica de que algo é real ou construído é falsa. É uma pergunta equivocada, pois é inerente a realidade a construção. Os problemas são designados como fatos, como no caso da influenza aviária (Hubner, 2014). Mas a sua pura existência não garante que ele seja problematizado enquanto um fato e passe a ser disseminado na sua percepção pública, mas a influenza aviária passa pelos meios de comunicação, por exemplo, aonde é estruturado como um problema. Assim, caso o fenômeno não passe pelos meios de comunicação, dificilmente ele passa a ser um "problema" para a sociedade. A discussão sobre a perspectiva realista e construtivista Guivant (2002) está inserida em parte nesta perspectiva, já que a existência para além da construção (realistas) e a construção para além da existência (construtivistas) não é um debate novo.

Entretanto, reduzir a explicação para a construção social passa a ser questionado por Latour (2008), quando este considera os não-humanos dotados de agência. Assim, a dinâmica do ator não humano é em si mesmo um fator importante, na medida em que os não-humanos possuem capacidade de mobilizar outros atores humanos. Com isso, embora os problemas sejam tratados juntos aos meios de comunicação, estes não são autossuficientes para serem construídos como problemas, mas depende também de fatores "não sociais", como no caso dos não-humanos (Hubner e Paese, 2014). Na verdade, como sugere Latour (2008) estes próprios não-humanos são analisados como sociais, pois são percebidos como agentes. Não humanos possuem agência porque fazem outros atores fazer alguma coisa. .

O próprio social precisa ser explicado. E tal explicação também está em elementos não sociais. Chegando a inverter-se em alguns pontos: "Los objetos de la ciencia pueden explicar lo social y no a la inversa. Ninguna experiencia fue más impactante que lo que vi con mis propios ojos: la explicación social se había desvanecido sin dejar rastro" (Latour, 2008, p.145-146). Sem cair numa espécie de maniqueísmo explicativo, reforça encontrar, reconectar o que talvez nunca estivesse sido desconectado, as relações entre natureza e sociedade, incorporando o que era visto como não social, visto agora como sendo social

(Latour, 1994). Os não-humanos contém elementos sociais e podem explicar o social através de um processo interativo.

A partir dos *feedbacks* dos trabalhos de campo realizados por Latour (2008), a indignação por parte daqueles que se percebem descritos fica evidente na própria descrição do autor. Algumas palavras utilizadas, bem como o processo explicativo, mostram como isso tem gerado esse tipo de resultado. Com relação às palavras "*construído*" e "*social*" serem tomadas como sinônimos de *falso* é o primeiro indício de tal indignação daqueles que se enxergam descritos, bem como por parte dos próprios sociólogos. A outra explicação reside no processo explicativo estar sendo submetido à dicotomia "social" e "natural", na qual toda vez que um cientista natural observa uma explicação que não é natural, mas é social, este seria algo "diferente". Sob estes aspectos, afirmar que algo é construído não significa ser falso, assim como o que é natural não é falso, também o que é social não o é. É neste sentido que a teoria do ator-rede procura evidenciar natureza e sociedade naquilo que o autor sugere como híbrido. Isso significa que o híbrido é formado por humanos dotados de agência, e também de não humanos dotados de agência. Este é um elemento chave na teoria do ator-rede em Bruno Latour, que faz com que se observe as redes de forma mais ampla, transcendendo a agência apenas dos humanos, mas também mostrando que a construção social está presente em todas as esferas.

Se algo é tomado como social ou construído como sinônimo de falso, a sociologia faz desaparecer o seu objeto de estudo. O que pode estar sendo agregado é realidade com legitimidade de maneira mecânica. Separar ou associar isso por parte do sociólogo não está necessariamente intrínseco a sua atividade. Embora aqui se parta do pressuposto de que a influenza aviária (como exemplo de uma pesquisa que aplica a teoria do ator-rede), seja construída socialmente, sem que isso signifique que ela seja irreal.

Aqui aparece o primeiro aparente paradoxo da Teoria do Ator Rede (TAR), pois embora trate de híbridos (Latour, 1994), isso não significa que podemos ser levados a inferir em um "vale tudo". Não é isso. Significa um novo modo de classificação. A TAR também é construída e não está fora deste processo, o que é perfeitamente coerente de compreender, uma vez que ela explica e se auto explica. Exatamente por isso que as inferências elaboradas por parte daqueles que dizem que algo é construído de modo a desqualificar aquilo que analisa não é pertinente. Este processo é real. Se a lei da gravidade existe e acreditamos nela. Ela é real. É construída? Sim! Afinal, o que não é construído? É difícil encontrar algo que não esteja neste processo, pois é desconectar aquilo que é inseparável. Está é uma premissa. Todas as formas são formas de classificação.

E a classificação da classificação que é uma classificação é real como todas as classificações.

O que permite a TAR observar agência nos não-humanos está relacionada a capacidade através da mobilização e associação de outros atores, na medida em que os atores fazem outros fazerem coisas, ou seja, o ator não-humano possui a capacidade de mobilizar outros atores na rede. É possível inferir que o ator não-humanos possui uma relativa autonomia com relação às inferências discursivas dos cientistas dependendo da agência dos não-humanos. Isso pode explicar inclusive as ambivalências da ciência (Bauman, 1999). Algumas ambivalências predominam nos casos das questões de saúde, e, portanto, esta agência do não-humano vírus possui também esta relativa autonomia com relação a esta ambivalências.

Os eventos inesperados que fazem os atores fazer algo marcam as especificidades das redes, bem como sua complexidade proveniente das relações entre intermediários e mediadores. Tais eventos inesperados fazem surgir novos mediadores nas redes.

A Teoria do Ator Rede sugere que a análise sociológica assuma uma determina perspectiva: a *sociologia da tradução*, sugerindo que as redes são formadas por associações de atores que fazem outros atores fazer algo. A palavra tradução é definida como:

*De modo que la palabra "traducción" ahora adquiere un significado especializado: una relación que no transporta causalidad sino que induce a dos mediadores a coexistir. Si cierta causalidad parece ser transportada de modo predecible y rutinario, entonces eso es prueba de que se han dispuestos otros mediadores para hacer que tal desplazamiento sea fluido y predecible. Ahora puedo plantear el objetivo de la sociología de las asociaciones de manera más precisa: no hay sociedad, dominio de lo social ni vínculos sociales, **sino que solo existen traducciones entre mediadores que pueden generar asociaciones rastreables.** (Latour, 2008, p.158).*

Induzir os intermediários a coexistir é o que mantém as relações nas redes de maneira mais ou menos fixa, assim como a rotina e a predição são explicadas pela existência de intermediários que mantém tal sustentação. Como o processo nunca é homogêneo, a agência desprovida de controle pleno gera mediadores, que por sua vez produz novas formas de relações concomitantemente a outros atores. Esta é uma inferência do processo ocorrendo dentro do processo, uma vez que as redes são fluídas.

Os não humanos e humanos são híbridos porque a própria constituição dos não humanos passa a ser alterada. Todavia esta alteração não é específica ao objeto das ciências sociais, mas também ao objeto das ciências naturais:

...lo social y lo natural, tienen que disolverse simultáneamente. Esta simetría rara vez es comprendida por aquellos que definen a la TAR como una sociología 'extendida a los no humanos', como si los no humanos mismos no hubiesen sufrido una transformación tan grande como la de los actores sociales (Latour, 2008m p.159).

Latour sugere que para acabar com este *apartheid* é preciso acabar com questões de "fato" vinculadas a Natureza e questões de "explicação" vinculadas à sociedade, sendo o social um artefato produzido por uma aplicação mal adaptada da causalidade. Assim é preciso observar como os "ex" objetos formam novas associações.

Para nuestra gran sorpresa, una vez eliminada la frontera artificial entre social y natural, las entidades no humanas pudieron aparecer bajo ropajes inesperados. Por ejemplo, las rocas podrían ser útiles para darle un poco de sentido de realidad a un idealista, pero las rocas en la geología parecen mucho más variadas, mucho más inciertas, mucho más abiertas y despliegan muchos más tipos de agencia... (Latour, 2008, p.161-162).

Neste aspecto é possível observar de que maneira os objetos não humanos possibilitam agências indeterminadas, bem como fornecem associações abertas. No caso da influenza aviária (Hubner, 2014) uma determinada rede pode ser formada com uma determinada inferência que leva a uma possibilidade de pandemia, portanto, uma rede formada a partir da expectativa de uma pandemia. Foi esperado por parte dos porta-vozes dos não-humanos uma determinada pandemia, aonde milhares de pessoas poderiam morrer em vista de uma propagação desenfreada do vírus. Entretanto, a agência deste não-humano se mostrou contrária a determinados discursos, o que levou a formação de novas redes. Este é um exemplo de como a agência dos não-humanos possibilitam a formação de novas redes.

De acordo com Latour (2008) é preciso observar como os atores sociais estão associados, bem como se tal associação considera qualquer ator nessa rede. Tal associação envolve incertezas, processos de legitimação (sistemas peritos), relações de poder (que estão presentes em vários aspectos, inclusive não-humanos), interesse, burocratização, enfim, todos aspectos que interagem em redes que formam determinadas configurações. Com isso, como os atores consideram outros atores na rede é fundamental para compreender a formação das redes.

A Teoria do Ator Rede (TAR) está inserida na perspectiva da sociologia relativista, buscando e observando os híbridos de forma a seguir os atores nas redes traçadas por eles mesmos, verificando de que maneira estes atores estão associados:

De acuerdo con una consigna de la TAR, hay que "seguir a los actores mismos" es decir, tratar de ponerse al día con sus innovaciones a menudo alocadas, para aprender de ellas en qué se ha convertido la existencia colectiva en manos de sus actores, qué métodos han elaborado para hacer que todo encaje, qué descripciones podrían definir mejor las nuevas asociaciones que se han visto obligados a establecer (Latour, 2008, p.28).

Observando a realidade como um princípio de conexões, o social passa a ser um fluído circulante, constituído através de redes que se estabilizam, se fazem e desfazem, que se sustentam através de associações.

De acordo com Latour (2008), na natureza dos grupos existem maneiras contraditórias de dar identidades aos atores; na natureza das ações, o curso da ação dos agentes está submetido a uma variedade de agentes os quais interferem e deslocam seus objetivos originais; na natureza dos objetos parece não haver limites para os tipos de agência que participam da interação; e na natureza dos fatos, os vínculos das ciências naturais com a sociedade, indicam fontes de disputas constantes; e por último, os estudos sob o rótulo de "ciência da sociedade" já não podem ser denominados de empíricos.

A formação dos grupos ocorre através de um processo relacional, através de um movimento de reciprocidade. Nesse sentido, a existência de um grupo ocorre na sua comparação com outros grupos, dada pelos próprios membros do grupo, que se autodenominam (se autodenominam e classificam os outros, pautados nesta relação), bem como estão inseridos em um fluxo contínuo de trabalho que possibilita a sua existência para a sua formação.

...todos necesitan personas que definanlo que son, lo que deberían ser, lo que han sido. Estas personas trabajan constantemente, justificando la existencia del grupo, invocando reglas y precedentes y, como veremos, comparando una definición con todas las demás. Los grupos no son cosas silenciosas, sino más bien el producto provisório de un clamor constante hecho de los millones de voces contradictorias que hablan acerca de lo que es un grupo y de quién corresponde a cuál. (Latour, 2008, p.53)

Com isso, a sua afirmação procura uma justificativa interna que busca dar legitimidade a sua existência, tornando-se fundamental este constante processo de auto justificação para a vitalidade e permanência ao grupo, através das várias vozes que lhe dão sustentação, formando um processo contínuo de auto justificação. Na formação e redistribuição dos grupos, estas vozes procuram freneticamente maneiras de definir-se, assim como marcam fronteiras que se fazem duráveis e fixas (LATOUR, 2008). Contra a ameaça de dissolução do grupo por parte do antiggrupo, as fronteiras são fixadas em determinada

conjuntura para dar sustentação ao grupo, mas também podem ser feitas e refeitas em conformidade com a auto justificação deste.

A sociologia das associações percebe que a estabilidade dos grupos em longo prazo são exceções que precisam ser explicadas, ao contrário do que a outros enfoques podem sugerir:

Para los sociólogos do social la regla es el orden, mientras que la descomposición, el cambio o la creación son las excepciones. Para los sociólogos de las asociaciones, la regla es la actuación y lo que se debe explicar, las excepciones inquietantes, son cualquier tipo de estabilidad a largo plazo y en una escala mayor (Latour, 2008, p.58).

Sob este aspecto Latour inverte a perspectiva sociológica. A sustentação do grupo é que precisa ser explicada, mostrando os instrumentos utilizados para lhes manter, os recursos implementados para que ele não seja desagregado, mas tenha uma continuidade. Tal estabilidade para Latour (2008) não é estática, no sentido de que existe uma ordem na qual o cientista sociólogo procure analisar, que estaria consolidada, mas é importante o movimento que permite a sua sustentação, no sentido de que é preciso que exista trabalho para que exista o grupo. Esta estabilidade ocorre quando a agência dos não-humanos ocorre de determinada maneira.

Com o intuito de analisar a estabilidade das redes, bem como sua formação, integração e desintegração, a noção de mediadores e intermediários são importantes para compreender este processo.

Neste sentido, uma importante compreensão que a TAR realiza é a distinção entre os *intermediários* e os *mediadores*. Conforme o autor os *intermediários* são designados da seguinte forma:

Un intermediário , en mi vocabulário, es lo que transporta significado o fuerzas sin transformación: definir sus datos de entrada basta para definir sus datos de salida. Para todo propósito práctico un intermediário puede considerarse no solo una caja negra sino también una caja negra que funciona como una unidad, aunque internamente este compuesta de muchas partes. (Latour, 2008, p.63)

Enquanto os mediadores possuem as seguintes características:

Los mediadores, en cambio, no pueden cosiderarse solo uno; pueden funcionar como uno, nada, varios o infinito. Sus datos de entrada nunca predicen bien los de salida; su especificidad debe tomarse en cuenta cada vez. Los mediadores transformam, traducen, distorsionan deben transportar. (Latour, 2008, p.63)

Os mediadores apontam para várias direções, modificando todas as descrições que lhes são atribuídas. Como exemplo Latour (2008) cita um computador e um cientista. Se o computador funciona bem, sem que haja nenhum problema, conduzindo informações numa espécie de reprodução, ele funciona como um intermediário. Entretanto, se ele começa a dar problemas, distorcendo ou alterando tais informações, ele procede como um mediador. Mesma situação ocorre com o cientista. Se um cientista reproduz fielmente uma informação, podendo ser observado em outra instância o seu discurso, ele é um intermediário. Caso um cientista esteja transformando tal informação, não sendo suficiente observar de onde provém seu discurso, então ele é um mediador.

Um ator é definido da seguinte maneira: "Un "actor", tal como aparece en la expresión unida por un guión actor-red, no es la fuente de una acción sino el Blanco móvil de una enorme cantidad de entidades que convergen hacia él." (LATOURE, 2008, p.73). As entrevistas são as fontes que permitem observar a heterogeneidade de entidades que os atores estão imersos, sendo que por mais trivial que possa parecer determinada entrevista, ela pode fornecer um conjunto importante para analisar tais associações em que os atores estão associados.

As agências sobre as quais não temos nenhum controle, ou um relativo controle, nos fazem fazer coisas. É necessário realizar uma lista para traçar um mapa das controvérsias acerca da agência. Uma agência que não deixa nenhum rastro, que não faz nenhuma diferença, não transforma, não é uma agência. "Si se menciona una agencia, hay que presentar el relato de su acción, y para hacer lo hay que explicar más o menos qué pruebas han producido qué rastros observables". (LATOURE, 2008, p.82). Neste sentido é preciso que haja provas para que seja um agente, de modo que ele seja mencionado, pois um agente oculto em termos discursivos não poderia ser considerado um agente. Este é um dos rompimentos que Latour (2008) realiza ao procurar se distanciar do que ele denomina de teorias conspiratórias, incluindo a denominada teoria crítica². O trabalho consiste em registrar e não filtrar, o que pode também sem compreendido como descrever e não filtrar.

A agência dos não humanos está vinculada na capacidade que os mesmos possuem em mobilizar outros atores na rede. Com isso é preciso "rastrear una vez más los medios no sociales puestos en juego cuando invocan el poder de las explicaciones sociales" (LATOURE, 2008, p.102). A TAR incorpora uma nova perspectiva negligenciada pela sociologia clássica, uma vez que "vamos a

²Latour (2008) se dedica da página 73 a 79 a evidenciar as diferenças da TAR com relação à teoria crítica, podendo salientar a noção de falsa consciência e pesquisador como porta-voz dos atores sociais, em que a TAR se distancia desta perspectiva. Assim como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Ulrich Beck e Norbert Elias, Bruno Latour procura mostrar os rompimentos com o reducionismo economicista, bem como com a teoria crítica.

aceptar como auténticos actores entidades que fueron *excluidas* explícitamente de la existencia colectiva por más de cien años de explicación social” (LATOURE, 2008, p.103). Essa discussão sobre a inclusão do não humano indicada pela TAR torna-se relevante para este estudo na medida em que a influência aviária é um ator não humano que está associado a outros atores humanos, constituindo-se em uma determinada rede sociotécnica.

O conceito de agência em Max Weber, Anthony Giddens e Bruno Latour, possui determinadas especificidades, que acompanham a teoria social clássica da sociologia, até a teoria social contemporânea da sociologia.

Conclusão

A heterogeneidade marca a noção ou conceito de agência na sociologia. Foi possível verificar a complexidade que o tema envolve, nos seus diferentes usos. Estas são ferramentas presentes em diferentes paradigmas, em diferentes enfoques analíticos. Teorias são ferramentas que servem para resolver determinados problemas, e dependendo do problema colocado para a sociologia, ela oferece diferentes instrumentos. Em Weber (1999) é a primeira vez que o conceito de agência aparece, de modo diferente do holismo metodológico de Émile Durkheim, uma vez que a concepção weberiana procura compreender o sentido subjetivo da ação. Já na teoria contemporânea, a agência em Giddens (2003) e Latour (2008) podem não ser intercambiáveis, mas dependendo dos problemas de pesquisa que se colocam, podem ser utilizadas interfaces. Esta é uma questão de critério e de operacionalização dos pesquisadores.

A noção de consciência prática e discursiva em Giddens (2003) permitiu observar o quanto o lado ativo do agente está presente nas suas ações cotidianas. Já a noção de agência em Latour (2008) permitiu observar que esta agência pode ser mais aberta em termos de mediadores e intermediários, o que torna o processo mais complexo, ainda mais em se tratando de atores humanos e não humanos na composição das redes sociotécnicas.

Referencias bibliográficas

- BAUMAN, Z. 1999. *Modernidade e Ambivalência*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- DURKHEIM, É. 1979. *Da Divisão do Trabalho Social*. Abril Cultural: São Paulo.
- DURKHEIM, É. 1989. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. Paulinas: São Paulo.
- DURKHEIM, Émile. 2007. *As Regras do Método Sociológico*. Martins Fontes: São Paulo.

- GIDDENS, A. 2003. *A Constituição da Sociedade*. Martins Fontes: São Paulo.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Unesp: São Paulo, 1991.
- GUIVANT, J. 2002. *Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os Riscos dos Pressupostos Realistas*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 19, pp. 72-88.
- HUBNER, A. 2014. *Rede Sociotécnica da Influenza Aviária: o caso do Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia. UFPA, João Pessoa.
- HUBNER, A. 2014. *A Memória do Risco na Alta Modernidade: dos Pontos de Tensão às controvérsias Tecnocientíficas*. Caderno eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 2, n. 1, pp. 43-61.
- JOAS, H. 1999. *Interacionismo Simbólico*. In: *Teoria Social Hoje*. Unesp: São Paulo.
- LATOUR, B. 2008. *Reensablar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. Manantial: Buenos Aires.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais Fomos Modernos*. Editora 34: Rio de Janeiro.
- WEBER, Max. 1999. *Economia e Sociedade*. Editora UNB: Brasília.